

---

## O galego nos textos metalinguísticos portugueses (séculos XVI-XIX)\*

---

Sónia Duarte

Centro de Linguística da Universidade do Porto

Data de recepción: 30/04/2015 | Data de aceptación: 31/07/2015

### Resumo:

O presente estudo tem como objeto a representación do galego no discurso metalinguístico portugués dos séculos XVI a XIX. Nesse sentido, traballar-se-á aquí sobre un corpus de textos seleccionados da tradición metalinguística portuguesa desse período, abrangendo diferentes tipoloxías textuais. Com base no referido corpus, proceder-se-á ao levantamento de referencias explícitas ao galego e à interpretación do significado das mesmas. Nesse levantamento e análise privilegíar-se-ão os ámbitos do coñecemento recíproco e do estatuto do galego relativamente ao portugués no espazo máis amplo do enquadramento peninsular. Tal abordagem será aquí desenvolvida dentro das liñas metodolóxicas da Historiografía Lingüística e tendo como referencia fundamental o traballo monográfico de Vázquez Corredoira (1998), mas tamén os estudos de Monteagudo (1988) e de Duarte (2007), sobre o discurso metagramaticográfico acerca do galego no quadro cronolóxico aquí delimitado.

### Palavras-chave:

Galego, portugués, representacións lingüísticas, identidade lingüística.

### Sumário:

1. Consideracións preliminares. 2. Enquadramento. 3. Apresentação do *corpus* e análise dos datos. 3.1. Séc. XVI. 3.2. Séc. XVII. 3.3. Séc. XVIII. 3.4. Séc. XIX. 4. Síntese Conclusiva.

### *Galician language in Portuguese metalinguistic texts (16<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> centuries)*

#### **Abstract:**

*The current paper focuses on the representation of Galician language in Portuguese metalinguistic speech from the 16th to the 19th century. Hence, this essay will work upon a*

---

\* O presente traballo foi realizado no ámbito das actividades de doutoramento financiadas pola Fundación de Ciencia e Tecnoloxía (SFRH/BD/74989/2010) e subordinadas ao proxecto de tese “La lengua y la gramaticografía españolas desde la historiografía gramatical portuguesa (1623-1848)”, inscrito no *Departamento de Filología Hispánica y Clásica da Universidade de León* e realizado sob orientación de María Dolores Martínez Gavilán. Na súa forma orixinal, este estudo corresponde a uma conferéncia proferida nas *I Jornadas de Estudos Galegos da Universidade do Minho*. A versión aquí apresentada corresponde a uma versión revista e aumentada dessa mesma intervención.

*corpus of selected texts from the Portuguese metalinguistic tradition of this period, embracing different textual typologies. Such corpus will be the basis to the survey of explicit references to Galician language, whose interpretation will be attempted here, especially concerning what they convey on reciprocal knowledge and the status of Galician in relation to Portuguese in the broader frame of the Iberian setting. This approach shall be undertaken observing the methodological guidelines of Linguistic Historiography and having as a fundamental reference Vázquez Corredoira (1998) monograph, but also the papers of Monteagudo (1988) and Duarte (2007), on the metagrammaticographical speech on Galician language during the outlined chronological framework.*

**Key words:**

*Galician, Portuguese, representations of languages, linguistic identity.*

**Contents:**

*1. Preliminary considerations. 2. Theoretical framework. 3. Corpus' presentation and data analysis. 3.1. 16th century. 3.2. 17th century. 3.3. 18th century 3.4. 19th century. 4. Conclusions.*

O galego é essa língua onde nós, portugueses, sentimos a vertigem de não saber se estamos ali ou não. É como um velhinho de 100 anos que olha para uma fotografia de quando era muito novo e já não sabe bem se está a olhar para si próprio ou para um irmão... (Neves 2015).

## 1. Considerações preliminares

Na epígrafe inicial, casualmente encontrada num *post* publicado pelo tradutor Marco Neves no seu blogue pessoal sobre línguas e tradução, isola-se uma inquietação identitária que é partilhada também neste estudo e que tem motivado os linguistas na tentativa, de dar respostas ou, pelo menos, de compreender este espaço de fronteiras incertas que é o do galego e do português. Contudo, como advertem alguns investigadores, essa preocupação tem-se feito sentir mais de um lado do que do outro.

Com efeito, em 2002, Ivo Castro publica um texto, expressivamente intitulado “Galegos e Mouros”<sup>1</sup>, onde refere essa mesma situação

Queria eu neste momento ser alemão e ter a incumbência de apresentar o contributo da ciência germânica para o conhecimento e uma maior exposição da língua galega no quadro da Romanística. Como seria fácil seleccionar apenas matérias das mais nobres para vos ocupar, com proveito e divertimento espiritual, durante a hora que agora se inicia. Bastaria tomar, de entre as abundâncias que se sabem, o exemplo da obra longa e profícua de Joseph-Maria Piel para satisfazer com elevação a encomenda que me foi cometida: relatar a acção dos filólogos do meu país em relação ao galego.

Sendo português irremediavelmente, resta-me falar de algo que – como todos sabem – quase não existe” (2002: 1).

Também Clarinda Maia (2002: 32), noutro estudo sobre o mesmo tema, conclui igualmente que “não são abundantes os estudos sobre o galego realizados em Portugal”, apesar de notar certo aumento de interesse a partir da década de 80 do século passado. No mesmo ano ainda, é editado o conhecido estudo de Pilar Vázquez Cuesta intitulado “O que um falante de Português deve saber acerca do Galego”, procurando responder precisamente ao desconhecimento, por parte dos portugueses, acerca desta realidade linguística.

Passada mais de uma década, esta exposição vem insistir na necessidade de encurtar essa forma de distância que é o desconhecimento e que nós, portugueses, continuamos a manter a respeito do galego. Em especial, procurar-se-á aqui sublinhar que tal

---

1 O referido texto corresponde à versão escrita de uma conferência sobre a perceção do galego pelos filólogos portugueses, proferida em 1996, em Santiago de Compostela, no Congresso dos 25 anos do Instituto da Língua Galega.

distância se encontra historicamente sustentada, entre outros fatores pela escassa presença do galego na tradição metalinguística portuguesa e pelo tipo de informação sobre o mesmo que essa tradição veicula no que concerne à perceção do estatuto linguístico do galego relativamente ao português e às representações linguísticas subjacentes à descrição dessa relação.

É sobre essas mesmas representações que se constrói o presente trabalho, assumindo a questão diacronicamente e focando o próprio discurso metalinguístico, e o que ele revela acerca da relação entre quem lhe dá voz e o objeto desse mesmo discurso. Trata-se, portanto, de uma abordagem no âmbito da historiografia linguística de uma perspetiva meta-historiográfica, tal como foi definida por Pierre Swiggers: “la metahistoriografía se puede definir en términos generales como la teorización sobre la relación entre el historiógrafo, su objeto y la propia actividad historiográfica” (Swiggers 2004: 116). Quanto ao foco sobre a perceção do estatuto do galego relativamente ao português, este reveste-se de especial significado na construção da tradição metalinguística portuguesa, dado que, como se procurará demonstrar aqui, o processo de gramatização do português está associado a opções que determinaram o sentido da sua própria evolução linguística no quadro das línguas peninsulares. Tendo presente o referido contexto ibérico, essa perceção do galego como *dialecto* ou como *língua* não será aqui desligada da compreensão historicamente localizada do estatuto quer do galego quer do português relativamente ao castelhano, dando conta do especial papel que este assume no processo de gramatização daqueles. Sublinhe-se ainda que, ao escolher como *corpus* as ferramentas desse próprio processo, proponho-me trabalhar com materiais aos quais é reconhecida especial autoridade sobre o campo da língua, e, portanto, materiais com responsabilidades acrescidas na sedimentação da já referida situação de desconhecimento ou distância que se instalou entre nós.

## 2. Enquadramento

Tendo como balizas cronológicas deste trabalho os séculos XVI e XIX, será importante esboçar previamente qual a situação linguística e gramaticográfica em Portugal e na Galiza durante este período de tempo e qual o ponto da situação sobre a investigação historiográfica a este respeito.

Português	Galego
Início do processo de gramatização: século XVI	Início do processo de gramatização: século XIX
Abrangência da especial situação de contacto com o castelhano: séculos XV-XVIII	Abrangência da especial situação de contacto com o castelhano: do século XV até ao presente

Quadro 1

Como se esquematiza no quadro 1, este estudo cobre um período que se estende entre o momento em que se inicia o processo de gramatização do português, marcado pela *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira (Lisboa 1536), e o arranque de tal processo na língua galega, com o *Diccionario Gallego-Castellano* de Francisco Javier Rodríguez (A Corunha 1863) e o *Compendio de gramática gallega-castellana* de Francisco Mirás (Santiago 1864)<sup>2</sup>.

No tocante à situação linguística, em primeiro lugar cumpre referir que, segundo Clarinda Maia (1997: 886) e Ramón Mariño Paz (1998: 82), desde a segunda metade do século XIII que se observam já traços diferenciadores dos sistemas linguísticos a norte e a sul do Minho, embora seja só a partir do século XIV que tal diferenciação se acentua<sup>3</sup>.

Em segundo lugar, destaque-se que, ao contrário do português, que se afirmou enquanto língua da coroa, o galego, durante os séculos XVI e XVIII, desenvolveu-se no quadro de um processo de expansão do castelhano que acabará por o relegar (ao galego) para uma situação predominantemente oral, conforme descreve Mariño Paz (1998: 217).

Para uma cabal compreensão tanto da situação galega como da portuguesa, importa ainda considerar o contacto com o castelhano, o qual, como aqui já se indiciou e como ao longo deste trabalho se procurará evidenciar, condicionou o discurso gramaticográfico português acerca do galego no quadro do que Buescu, no seguimento de Luciana Stegagno-Pichio (1959; 1982), descreveu como a “questão da Língua em Portugal” e Vázquez Corredoira, como “exemplo *a contrario*”<sup>4</sup>.

Ora o binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano releva duma *praxis*: apresenta a iminência de um risco que os humanistas pressentem. O do predomínio de uma língua competitiva, forma de expressão de uma nação de algum modo rival –em termos objectivos

---

2 A respeito da descrição desse período, relativamente à tradição que é objeto deste trabalho, é devido especial relevo aos trabalhos de Maria Leonor Carvalhão Buescu (1978, 1983a, 1984), para citar apenas alguns dos seus trabalhos monográficos, para além das suas edições críticas dos textos em estudo (1971, 1983b).

3 Convém sublinhar que esta diferenciação é encarada de diferentes modos pelos referidos investigadores: enquanto que Maia (1997[1986]: 886) a interpreta como uma fragmentação que dará origem a duas línguas diferenciadas, Mariño Paz (1998: 105), na esteira de Monteagudo (1994: 174-175), prefere falar em “reagrupamento independente”.

4 Para mais informação sobre o modo como tal situação de contacto com o castelhano condicionou muito concretamente a perceção do estatuto do português e o discurso metalinguístico sobre tal estatuto, cf. ainda Filomena Gonçalves (2006) e Duarte (2009).

mais poderosa – no plano político interno e também no plano duma política expansionista e imperial (Buescu 1983a: 225).

O galego desempenha em certos casos explicitamente o papel de uma sorte de *referente negativo ou de exemplo ao contrario* para o português” (Vázquez Corredoira 1998: 10).

A este respeito, recordo aqui o facto de que a coexistência do português com o castelhano num quadro de distribuição funcional está mais ou menos circunscrita ao chamado período de *bilinguismo literário* cujo marco político coincide com o da monarquia dual (1580-1640), mas que, em termos linguísticos, se estende desde finais do século XV até ao século XVIII, conforme descrito noutro estudo de Pilar Vázquez Cuesta (1981: 42-62), bem como nos trabalhos de Ana Isabel Buescu (2004 *passim*) e Ana Maria García Martín (2008: 17). Por sua vez, na Galiza, o uso do castelhano começa a generaliza-se a partir dos séculos XV e XVI, como explicam Clarinda Maia (1997: 892-905), Henrique Monteagudo (1999: 127-135 e *passim*) e Mariño Paz (1998: 188-194), sendo que a situação de contacto se estende até ao presente, numa posição que evolui de forma complexa, tanto do ponto de vista linguístico como social. Esta situação, descrita de forma diferente pelos investigadores, não coincide com a do dito *bilinguismo* português.

Como se vê, este enquadramento tornou já visível a necessidade de manuseamento de determinados termos e conceitos cuja compreensão e aplicação não é pacífica ou, pelo menos, inócua. Parece-me, assim, importante tecer algumas considerações sobre os mesmos, tanto mais que eles são essenciais e recorrentes neste trabalho.

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer as opções terminológicas relativamente à designação dos sistemas linguísticos em foco. Neste caso, o critério foi fundamentalmente histórico: *galego-português* ou *galaico-português* serão expressões usadas aqui para aludir a um período anterior ao processo de diferenciação – processo esse que, segundo os já referidos dados de Clarinda Maia (1997: 886) e Ramón Mariño Paz (1998: 82), se pode remontar à segunda metade do século XIII; por sua vez, as expressões *galego* e *português*, reservar-se-ão para as realidades linguísticas resultantes de tal diferenciação.

Relativamente ao uso dos termos *castelhano* e *espanhol*, durante a maior parte do período em análise, como explica García Martín (2008: 15, n.2) na linha de Pensado (1983), o segundo destes termos é reservado para referir uma “língua hispânica comum” da qual o português e o castelhano seriam ambos variantes. Assim tal distinção será também assumida neste trabalho.

No que concerne aos conceitos de *língua* ou *dialecto*, através dos quais se pretende aqui compreender a perceção da relação entre o galego e o português, tomo como referência a definição atual de *dialecto* presente na edição eletrónica do *Dicionário*

de termos *Linguísticos*, organizado por Maria Francisca Xavier e Maria Helena Mira Mateus [1992]<sup>5</sup>. No entanto, ao fazer uma abordagem diacrónica, procurarei ter em conta a relativização histórica dos conceitos. Com efeito, como se verá e como já observou Monteagudo (1999: 173-174) a respeito dos séculos XVI e XVII, na época em estudo não é fácil determinar a compreensão dessas noções. A esta luz, estabelecer uma correspondência generalizada entre o sentido que lhes é dado atualmente e o que assumem nos textos selecionados poderia conduzir-nos a distorções semânticas e conclusões erróneas.

No que toca à descrição da situação de contacto entre o galego e o espanhol ao longo do período selecionado, a investigação a este respeito tem descrito essa realidade, fundamentalmente, de duas formas: ora como uma situação de *bilinguismo* (como acontece em Maia 1997: 900), ora como uma situação de *diglossia* (é o caso de Constantino García 1977: 46; Vázquez Corredoira 1998: 10<sup>6</sup>; Monteagudo 1999: 139-143). Tomo aqui igualmente como referência as definições destes conceitos no já referido dicionário eletrónico<sup>7</sup>.

Torna-se evidente que a opção por estes conceitos depende da consideração de fatores de ordem extralinguística, como é particularmente notório na definição de *diglossia*. Mesmo no âmbito do discurso metalinguístico, tanto na atualidade como no passado, a descrição da situação do galego é marcada por fatores de ordem social, histórica, política, ideológica, que, aliás, o *corpus* deixará transparecer. Não é meu objetivo aqui realizar abordagens transdisciplinares, validar ou invalidar as opções dos textos estudados em função dos referidos fatores, nem usar o *corpus* para justificar, no presente, afinidades ideológicas com uma determinada opção em termos de discurso linguístico sobre a unidade ou diferenciação do galego e do português. Ao chamar a atenção para a complexidade e a ausência de neutralidade nesta matéria o que pretendo é, através do *corpus*, dar visibilidade àquilo que Vázquez Corredoira (1998: 10) descreve como “a importância simbólica da língua na época em questão” e à existência, embora escassa, de uma tradição metalinguística de conflito entre diferentes representações do galego. Trata-se de evidenciar que existe

---

5 Dialetos: “cada uma das subdivisões que se podem aplicar a uma determinada língua, tomando por critério a região geográfica ou a camada social a que pertencem os falantes”.

6 A par com este conceito, encontra-se ainda em Vázquez Corredoira (1998: 10) o de *bilinguismo unilateral* aplicado à situação do português.

7 Diglossia: “situação linguística em que duas ou mais línguas são utilizadas no mesmo terreno geográfico de modos diferentes e desempenhando papéis sociais diferentes, [...]”. Conceito introduzido, inicialmente, por Ferguson (1959), discutido por Fishman (1965) e alargado por Gumperz (1966) aos dialetos, variantes e registos linguísticos”. Bilinguismo: “situação linguística em que duas línguas coexistem na mesma comunidade ou em que um indivíduo apresenta competência gramatical e comunicativa em mais do que uma língua [...]”.

um precedente que contextualiza de algum modo o conflito que a este respeito se vive hoje, e cuja complexa dimensão atual tem sido tratada, entre outros, nos estudos de Francisco Fernández Rei (1988,1991), Celso Álvarez Caccamo (1983, 1987, 1999), Mario Herrero Valeiro (1993, 2000a, 2000b) ou Álvarez Caccamo & Herrero Valeiro (1996), para destacar apenas alguns – por motivos diversos, mais próximos ao meu percurso pessoal de aproximação ao tema –, de entre a profícua produção destes autores e de entre os muitos autores que a este respeito publicam na Galiza<sup>8</sup>.

### 3. Apresentação do *Corpus* e análise dos dados

Para constituição do *corpus*, parto da recolha bibliográfica de Simão Cardoso (1994), contudo, convém alertar desde já para a ausência de pretensões de exaustividade: serão selecionados apenas alguns casos que parecem mais representativos (no sentido de maior projeção em termos da tradição metalinguística portuguesa e/ou maior interesse para este estudo), sendo que foram também excluídos alguns de incontestável projeção, como a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira (Lisboa 1536), por não incluírem qualquer referência ao galego. Cumpre ainda advertir para as limitações dos restantes critérios de filtragem destes textos: i) apenas foram considerados textos de autores portugueses sobre o português como língua materna, ou seja, de acordo com um critério extralinguístico, mas que pareceu relevante a partir da perspetiva assumida; ii) apenas se tratarão as referências explícitas à língua, sendo que a inexistência de tais referências não significa a ausência de condicionamento na exposição pelas representações que do galego têm os autores dos textos do *corpus*. Considerado o anteriormente exposto, o resultado final é apresentado no seguinte quadro.

Século XVI	Século XVII	Século XVIII	Século XIX
Barros (1540) Leão (1576)	Leão (1606) Faria (1624) Barreto (1671)	Proença (1727) Lima (1736) Carmelo (1767) Pereira (1793)	Ribeiro (1810) Saraiva (1837) Campos (1843) Andrade & Seixas (1844) Soromenho (1867) Adolfo Coelho (1868) Barata (1870) Vasconcelos (1881)

Quadro 2

8 Tal profusão é atestada, por exemplo, pelos repertórios bibliográficos indicados na *Guia Bibliográfica de Linguística Galega* do Instituto de Língua Galega (1996: 15-17), ou ainda pela constituição de uma base de dados como BILEGA (*Bibliografía informatizada de la Lengua Gallega*), disponível em <http://www.cirp.es/bdo/bil/bilega.html>.



Para a interpretación dos textos seleccionados, apoio-me bastante em estudos anteriores com abordagens afins à que pretendo aqui desenvolver e que se encontram identificados seguidamente<sup>9</sup>.

	Monteagudo (1988)	Vázquez Corredoira (1998)	Duarte (2007)
<b>Cronologia</b>	Século XVI	Século XVI-XVIII	Século XIX
<b>Objeto:</b>	Textos metagramaticais e metaortográficos	Textos metagramaticais, metaortográficos, e outros textos metalinguísticos	Outros textos metalinguísticos
<b>Foco:</b>	representações (em geral)	representações sobre o estatuto linguístico	representações sobre o estatuto linguístico

Quadro 3

O que aqui farei será, no fundo, limitar-me a proceder a uma exposição relativa ao estado do conhecimento sobre esta questão, percorrendo e reconstituindo criticamente os estudos anteriormente citados, em função dos contornos específicos deste trabalho.

### 3.1. Séc. XVI

Se bem que a escassez de referências ao galego e o carácter secundário das mesmas constituem um denominador comum em todo o *corpus*, no século XVI, elas circunscrevem-se a dois fenómenos linguísticos: os ditongos nasais finais e a indistinção em termos de realização fonética dos grafemas <b> / <v>.

Barros (1540: 14r)	“Os mais dos nomes que se deviam acabár ã, am, se escrevem a este modo. Razão, razões. E se o uso nam fosse ã contrario que tem gram força açerca das cousas, nam me pareceria mal desterrármos de nós esta prolaçam e orthografia galega”. “E entam os que pouco sentem quèrem remediár o seu desfaleçimento escrevendo agalegadamente: poêdo sempre, o, final ã totalas dições que acabam ã, am”.
Leão (1576: 29r)	“[...] Que sempre onde a Castelhana diz, an. ou .on. que he sua particular terminação, responde a Portuguesa com aquella pronunçiação de .ão. que succede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de .om. q̄ punhão em lugar do .an. ou .on. dos Castelhanos. A qual ainda agora guardão algũs homẽes d’entre Douro & Minho, & os Gallegos, que dizem, fizerom, amarom, capitom, cidadom, tabaliom, appelaçõm”.

Quadro 4<sup>10</sup>

9 Já em pleno processo de revisão deste estudo, tive conhecimento do trabalho de tese de doutoramento de Beatriz García Turnes (2008), pelo que não foi possível contemplá-lo, integrando o seu contributo; contudo, importa igualmente destacá-lo aqui, já que tal trabalho assume, dentro de uma dimensão que se permite ser mais ambiciosa, uma perspetiva muito similar à aqui adoptada sobre um objeto em grande medida coincidente com o de Duarte (2007) e, portanto, com o termo das balizas cronológicas definidas para o presente estudo.

10 Aqui, como nas restantes citações ao longo do presente trabalho foi realizada a modernização de algumas grafias, fundamentalmente nos seguintes casos: i) uniformizou-se na letra “s” a representação da sibilante surda; ii) uniformizou-se na letra “v” a representação da fricativa labiodental sonora.

Tanto João de Barros (1540), na sua *Grammatica*, como Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia* (1576) referem o galego a propósito da representação gráfica do ditongo [ãw]. Nesta, que é uma das destacadas matérias de controvérsia na tradição ortográfica do português, importa, para este estudo, compreender de que modo as opções de Barros e Leão são condicionadas pela sua perceção do galego. Como demonstram as passagens aqui transcritas, os dois gramáticos coincidem na defesa da grafia <ão>, no entanto, divergem relativamente à aproximação que estabelecem entre o galego e a solução defendida: enquanto Barros sustenta esta grafia *apesar de* a considerar galega, Leão vinca precisamente as diferenças entre essa solução e as adotadas na Galiza, corrigindo, como já apontou Castro (2002: 5), as imprecisões que Pensado (1985: 54) e Monteagudo (1988: 150-151) detetam em Barros acerca da caracterização da grafia <ão> como galega<sup>11</sup>. Independentemente da propriedade ou impropriedade dos dados linguísticos sobre o galego – difícil de aferir nesta época, dada a escassez de textos escritos em galego neste período –, o que aqui se torna mais relevante é que, não obstante a diferença de perspetiva relativamente à aproximação entre os dois sistemas, tanto em Leão como em Barros, o galego é assumido, como referente *a contrario*, no tocante especificamente a esta questão<sup>12</sup>, como, aliás, já demonstraram, ainda que sob diferentes formulações, Buescu (1978: 73), Monteagudo (1988: 150-151).

Outra conclusão que se pode tirar do levantamento efetuado é a explicitação em Leão da identidade do galego quer com as falas do norte, quer com um estádio arcaico da língua portuguesa, diferenciando, em todos os casos, esses resultados dos do castelhano<sup>13</sup>.

- 
- 11 Monteagudo (1988: 150), na esteira de Pensado (1985: 54), contesta a teoria de Barros, considerando que a mesma não tem suporte nos factos linguísticos, já que o galego não terá resolvido a distinção latina e -ON(E) /-AN(E) através da grafia <-ão> como pronúncia [ẽw̃], mas sim conservando a distinção <-an> / <-on>.
- 12 Vinco a necessidade de circunscrever esta apreciação, já que Vázquez Corredoira (1998: 66) equaciona outros dados que apontam para uma interpretação algo diferente da postura que globalmente assume Leão relativamente ao galego, e que o mesmo investigador descreve nos termos de uma *distinção por elaboração*, por referência ao conceito de *Ausbausprache* (Kloss 1967): “The term *Ausbausprache* may be defined as ‘language by development’. Languages belonging in this category are recognized as such because of having been shaped or reshaped, molded or remolded – as the case may be – in order to become as standardized tool of literary expression”.
- 13 Apesar da desvalorização que faz do galego, Barros não desvaloriza as falas do norte, segundo Monteagudo (1988: 151), e como se observa no *Diálogo* de Barros, que integra o mesmo volume da *Grammatica*: “Amy muito me contentam os termos que se conformam com o latim, dádo que seiam antigos: ca destes nos devemos muito prezár, quãdo nam achármos serem tam corrutos, que este labêo lhe faça perder sua autoridade. Nã sómête os que achamos per escrituras antigas, mas muitos ã se usam antre Douro e Minho conservador da semente portuguesa: os quães algũus indoutos desprezam, por nam saberem a raiz donde nácẽ” (Barros 1540: 56v). Castro (2002: 5) reconhece esta atitude de depreciação em Barros, mas contrapõe que o gramático quinhentista “considera o galego como fazendo parte do jogo de caracterizações e mudanças da gramática portuguesa, e é esse o pé em que assenta o contraste de atitudes face ao galego”.

Relativamente à anulação da oposição dos fonemas representados graficamente por <b> / <v>, recolheram-se os seguintes dados:

Leão (1576: 4r)	“O que muito mais se vee nos Gallegos, & em algũs Portuguezes d’entre Douro & Minho, que por vós, & vósso, dizem bos, & bosso, & por vida, dizê bida. E quasi todos os nomes, em que há .u. cõsoante mudão em .b. E como se o fizessê aas vessas, os que nos pronunciamos per .b. pronunçião elles per .u. ”.
-----------------	---

Quadro 5

Como alerta Monteagudo (1988: 153), Leão (1576: 4) refere também a respeito desta matéria a questão da identidade das falas do norte com o galego, sendo o primeiro a estabelecer tal aproximação, como adverte Castro (2002: 5). Como é ainda observável na passagem anterior, o recurso neste contexto à alternância entre *eles* e *nós*, bem como à expressão *às avessas*, adquire, de acordo com a perspetiva aqui assumida, especial significado.

### 3.2. Séc. XVII

Neste século, no tocante às matérias a propósito das quais se fazem referências ao galego, o panorama não se altera significativamente, na medida em que continua a ser predominantemente no âmbito do tratamento dos ditongos nasais que se produzem as ditas referências, como se ilustra no quadro que se segue.

Leão (1606: 132)	“Os diphtongos são estes ão êe ij ão ùu. que temos comũs cõ os Gallegos, cuja lingoa & a nossa era toda quasi hũa.”
Faria (1624: 76r-76v)	“Só o diphtongo, <i>ão</i> , he proprio nosso, e o corrompemos do <i>om</i> , Francez, e Galego, em que ão ha muitos annos acabavaõ as mais das dicções que hoje terminamos em, <i>ão</i> , por se pronunciar este diphtongo por <i>a</i> , com mais brandura e suavidade que ão, por, <i>o</i> ”.
Barreto (1671: 100)	“Este ditongo succedeo ã lugar da antiga terminaça dos Portuguezes, om, que punham ã lugar de an, ou, on, dos Castelhanos, como se ve nestes versos de ù letreyro antigo. <i>Aqui jaz Simom Antom, Que matou muyto Castelhaõ E debayxo de seu covom Desafia a quantos saõ</i> A qual ainda agora guardam algũs de antre Douro, & Minho, & os Galegos, que dizem, fizeram, amárom, Capitom, Cidadom, Tabaliom, Apellaçom, &c. He o mays frequente na nossa lingua, & sobre que ha varias opiniões; a minha he, que para o acertarmosnõs guiaremos pela lingua Castelhana, & os vocabulos, que elle[sic] acabarem ã ano, anos, acabaremos nós ã ão, aõs.”

Quadro 6

Tanto Leão (1606), como Faria (1624) ou Barreto (1671), voltam a sublinhar a aproximação ao galego na realização dos ditongos nasais, colocando-se agora a tónica na fonética e não na grafia, sendo que é àquela à qual os gramáticos portugueses teriam mais facilmente acesso no contexto de quase agrafia do galego que é o da época.

Simultaneamente, Faria e Barreto dão ainda conta de um fator de diferença no modo como a realização fonética da grafia em questão separa a norma portuguesa coeva da correspondente realidade galega e de um estágio anterior da língua Portuguesa, esse sim identificado com o galego. O texto de Barreto salienta-se ainda por ser o único destes três, na esteira de Leão (1576), a notar ainda a este respeito a associação entre o galego e os dialetos de entre Douro e Minho, e, conseqüentemente, a separação entre o galego e a norma do português da época. É contudo importante precisar que, se bem que, segundo Vázquez Corredoira (1998: 59), durante os séculos XVII e XVIII, se acentua, nos textos metagramaticais portugueses, a tendência para a censura dos desvios à norma centro-sul, ou seja para a censura dos falares/dialetos do norte, como estratégia “desgaleguizadora e latinizante”<sup>14</sup>, não é a essa luz que se dá em Barreto a aproximação entre o galego e os referidos dialectos. Em Barreto há identificação dos falares desviantes, mas não há favorecimento dos falares meridionais, os quais apesar de coincidentes geograficamente com a norma também são, por vezes, conotados como desviantes<sup>15</sup>.

Por outro lado, a identificação generalizada da censura aos dialetos do norte com a depreciação dos traços galegos também merece reserva. Efetivamente, nem sempre

14 Sendo que esses mesmos textos estabelecem muitas vezes a proximidade desses falares com o galego, é possível ler em tal situação, junto com Vázquez Corredoira (1998: 59), que o estabelecimento da norma opera “no sentido desgaleguizador e latinizante”, como comprova o investigador galego com exemplos das *Regras Gerays, Breves e Comprehensivas da Melhor Orthographia* [...] (Lisboa 1666) de Bento Pereira, revelando a identidade desses resultados com o galego atual sem que, contudo, fique claro se eram também característicos do galego da época. Acima de tudo, tal leitura corresponde a uma interpretação de implícitos, a partir das estruturas censuradas e não de referências explícitas ao galego.

15 “Os verbos da primeyra conjugaçã todos fazem o preterito ã ey, como amey, faley, jantey, &c. Sã nehã exceçã. Ainda que por este Ribatejo todos os mudam ã i. Agudo, dizendo, ami, salli, janti, &c. Que e uma notavel barbaria, & mayor por ser aqui tã visinho da Corte.” (Barreto 1671: 54). Exemplos semelhantes de censura aos dialetos do sul podem ser encontrados nas seguintes passagens: “Nelle devem acabar todos os pluraes dos nomes, que nós acabamos ã ã, & os Castelhanos ã on, porque estas duas linguas, como originadas da Latina, saõ analogicas: & assi de coraçã, cordã, opiniã, roupã, quinhã, sermã, que elles dizem coraçõ, cordon, opinion, ropon, quinhon, sermon, diremos corações, cordões, opiniões, roupoões, quinhões, sermões: & assi diremos calções, tostões, porquanto elles dizem calções, tostões, & nã calçães, tostães, como o vulgo circunvisinho de Lisboa costuma, & o que aõde acabar ã aõs, acabam ã oõs, como Capitoões, Alemoões, ã vez de Capitaões, Alemaõs, & semelhantes” (Barreto 1671: 104-105).

os autores estabelecem essa aproximação quando apontam determinadas marcas dialetais nortenhas, como é o caso de Barreto, a propósito do uso do recurso à semivogal para anular o hiato.

He esta letra a. fatal para os de entre Douro, & Minho, & Beyrões, siguindoselhe outro a. porque nã os podem pronunciar ambos ù detras do outro, sê lhes meter de permeyo ù y, & assi havendo de dizer, a agua, a alma, infalivelmente hã de dizer ay agua, ay alma (Barreto 1671: 73).

Relativamente à neutralização fonética da oposição da pronúncia dos grafemas <b> e <v>, tal como aponta Vázquez Corredoira e é visível nas seguintes passagens, em Barreto, a proximidade entre o galego e o português é ainda referida neste contexto, ao mesmo tempo que se marca a diferenciação (expressivamente traduzida expressão “às avessas”, que já se notou também em Leão (1576: 4r)) quer entre a norma portuguesa e a realidade linguística do norte de Portugal e da Galiza, quer relativamente ao castelhano.

E assi muytos Portuguezes de entre Douro & Minho, nã advertindo o que vay de uma a outra, as trocam ã a pronunciaçã; especialmente os que ficam mays chegados a Galiza, de tal maneyra, que a vento chamam bento, & em lugar de Bento dizem vento; por vos, vosso; bos, bosso: por vida, bida; & quasi todos os nomes, ã que ha v consoante, mudam o v ã b. & como fe o fizessem, por o fazer às avessas, o que nós pronunciamos per b, pronunciam elles per v de sorte que també ã as letras, como nas partes da oraçã, & seus atributos ha Enaloge.

Acerca dos Castelhanos cousa he geral trocar o b, por v, & o v, por b; como ja bẽ advertio Aldrete no principio da lingua Castelhana; & que para os notar disso escreveo delles ù certo Autor. *Sobrij homines, & quibus non placet bibere, sed vivere*, & ù Tudefco disse també, *Si beta est veta; Sane bibere est vivere*. Verdade he que também os Latinos /como elle mesmo ali diz) mudaram muytas vezes o b, ã u, porem nã consoante, mäs vogal, dizendo de *abfero*, *abfugio*, *aufero*, *aufugio*, & semelhantes Barreto (1671: 114).

(...) Quando tratey do B dice, como os nossos Beyrões, & d' entre Douro, & Minho, trocam o b, por v & o v, por b, mäs també os antigos o faziam, escrevendo Suevi, & Suebi (Barreto 1671: 171).

Para além dos comentários no quadro das referências aos dois fenómenos linguísticos já mencionados, aparece ainda nos autores do século XVII, nomeadamente em Leão, a referência ao galego no âmbito da discussão acerca da origem da língua portuguesa.

E fazêdo cabeças de algũs senhorios ficou aquella lingoa Gothica, que era comua a toda Hespanha fazêdo algũa divisaõ, & mudança entre si cada hum em sua regiãõ segundo era a gente com que tratauaõ como os de Cathalunha que por aaquella parte vir el Rey Pipino de França com os seus ficou naquella provincia sabor da lingoa Francesa, & se apartou lhes ficou nutavel differença entre ella, & a lingoa de Castella, & das de Galliza & Portugal, as quaes ambas eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palavras, & nos diphtongos, & pronunciaçãõ que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se aventajou tanto, quãto & na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal haver Reis, & corte que he a officina onde os vocabulos se forjaõ, & pulem, & donde manãõ pera os outros homẽs, o que nunqua honve[sic] em Galliza (Leão 1606: 30-31).

Desta referênciã se retira que Leão sente o portuguêz e o galego como línguas dife-rentes, como, aliás, apontam Monteagudo (1988: 153) e Vázquez Corredoira (1998: 66). Dessa apreciaçãõ, destaca-se ainda o peso, neste processo de diferenciaçãõ, quer dos fatores lingüísticos (o fator elaboraçãõ: “Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se aventajou tanto, quãto & na elegãcia della vemos.”) quer dos não lingüísticos (a referênciã ao poder político: “O que se causou por em Portugal haver Reis, & corte”), embora, por outro lado, se observe também uma maior afinidade no passado, entre o galego e portuguêz que entre outros sistemas lingüísticos peninsulares (“as quaes ambas eraõ antigamente quasi hũa mesma, nas palavras, & nos diphtongos, & pronunciaçãõ que as outras partes de Hespanha não tem”).

### 3.3. Século XVIII

Em 1726, o galego Benito Feijoo pronuncia-se, no Discurso XV incluído no seu *Theatro Crítico Universal*, acerca da identidade entre a língua portuguesa a língua galega e acerca da origem de ambas, sustentando que é no galego que se encontra a origem do portuguêz<sup>16</sup>. Um ano depois, o portuguêz, Martinho de Mendonça de Pina e Proença, publica, em Madrid e sob o pseudónimo de Ernesto Frayer, a sua reaçãõ às mesmas.

Refutado el origen, que atribuye el Autor à las Lenguas Portuguesa, y Gallega, le hallamos mas probable, y aunque mas moderno, no menos autorizado principio en las Montañas de Asturias del latin alterado en los Siglos octavo, y nono, que hablaban aquellos invictos Campeones, que de alli salieron à

16 “Habiendo dicho arriba por incidencia, que el idioma Lusitano, y el Gallego son uno mismo, para confirmacion de nuestra proposicion, y para satisfacer la curiosidad de los que se interesaren en la verdad de ella, expondrémos aquí brevemente la causa mas verisímil de esta identidad” (Feijoo (1778[1726]: 323).

recuperar la libertad, y Religion de España, limpio, y puro de toda la mezcla Arabe; el caracter, que contradistingue mas el dialecto Portugués del Castellano, es carecer de el sonido gutural, que los Castellanos, imitando à los Arabes, dàn à las letras *G. J. X.* que los Portugueses pronuncian suave, y blandamente de el mismo modo, que las profieren los Montañeses de Asturias. El Vasquenze, que Venero, Mariana, Garabay, Oyenart, Moret, y otros, quieren, que fuesse universal en toda España, por algún tiempo, desconoce este sonido gutural, como tambien el latin, que tantos Siglos fue en toda ella vulgar; y assi, es indubitable, que Asturianos, Gallegos, y Portugueses conservan la anticua, y sincera pronunciación, pura, y libre de la pronunciación, que de los Moros se comunicó al Idioma Castellano” (Frayer 1727: 14).

Esto es lo mas probable, que se puede congeturar en esta materia; pero es preciso decir, que se sufre mal el paralelo de las dos Lenguas *Portuguesa*, y *Gallega*, y peor presumir anteponer la ultima, que es la misma pretension, que querer preferir el Gergon, que en sus Chozas usaron los Pastores de Latio, al Idioma eloquente, que en el Senado, ò Capitolio hablaron los Consules, y Emperadores Romanos. Las Lenguas se perfeccionan por los Elegantes, y cultos Oradores; por los discretos, y elevados Poetas; y por los exactos, y facundos Historiadores. En la Lengua Portuguesa nadie ignora el nombre de Vieyra Camois, y Barros: En la Gallega, no sé que se escribiesse libro, digno de ser leído; y para que lo fuesse el *Theatro Critico*, no le escriviò en Gallego su Autor (Frayer 1727: 14).

Num artigo em que trata especificamente desta cuestión no texto de Feijoo e na polémica que ele desencadeia, Telmo Verdelho (2000: 764-765) evidencia que Proença propõe o asturiano como origem mais provável que o suevo – proposto por Feijoo – para o dialeto galego-português, argumentando Proença com o traço comum da ausência da gutural<sup>17</sup>, o qual outorgaria superioridade ao resultado comum, frente a outros dialetos peninsulares. Não obstante, no que toca mais concretamente à comparação entre o português e o galego, Proença, desvaloriza este último, com base sobretudo em pressupostos extralinguísticos, como o prestígio social associado a essa comunidade linguística e o grau de circulação dos seus textos, no que parece ver-se, como explicitou Vázquez Corredoira (1998: 70) uma conotação com a rusticidade e uma alusão à quase redução do galego a uma língua oral.

Supuestos estos preliminares, es muy verosimil, que el origen del Dialecto Portugués, ò Gallego, como contra distinto del Castellano, se debe tomar de Siglos mas cercanos à los nuestros, en las asperas Montañas de Asturias, y los primeros restauradores de la perdida libertad de España. Por lo qual, debe ser el mas venerado como Gefè, ò Mayorazgo de todos los Dialectos del Romance de España, y no debiò sus principios, ni los pudo tener del Dominio, y Reynado de los Suevos (Mendonça 1727: 15).

17 Sobre a importância desta questão na tradição gramaticográfica, ver Telmo Verdelho (2000: 765).

Contudo, a mais forte rejeição que encontrei ao passado comum galego-português surge em António das Neves Pereira: “A este insigne escrito devemos o ter a lingoagem expurgada das antigas fezes do dialecto Galiziano, que a cada passo se acha de mistura nos authores, que lhe precedêrão” (Pereira 1793: 162).

Noutro autor, em Luís Caetano de Lima, volta a ser visível a aproximação ao galego, como recurso argumentativo no processo de criação da norma ortográfica sobre os ditongos nasais finais, desempenhando, neste caso, o que Vázquez Corredoira (1998: 73) descreve como “*reductio ad absurdum*”, na medida em que Lima procura ridicularizar, através da caricatura de um cenário de aproximação ao galego, os argumentos em favor da grafia <-am> de outros gramáticos.

No que toca aos Verbos parece analogia muy perluxa o dizer *Rogavam*, porque os Latinos diziaõ *Rogabant*; deste modo, melhor seria deixarlhe o N, e dizer *Rogavan*, como os Castelhanos; e muito melhor ainda conservarlhe o B, e dizer *Rogaban*, como os Galegos, em lugar de *Rogavaõ*, no que certamente naõ convirá algum Autor (Lima 1736: 138).

Contamos ainda, como se vê também no fragmento anteriormente citado, com dados de Luís Caetano de Lima, no que concerne à utilização distinta de <b> e <v> na norma portuguesa e no galego, embora apenas implicitamente. Vázquez Corredoira (1998: 73) alerta para como a perceção do outro é aí condicionada pela desconhecimento de documentos escritos em galego: com efeito, enquanto que no castelhano e português se representa o grafema <v>, o galego é grafado com o <b> em resultado do conhecimento estritamente oral que se tem então da realidade coeva do galego.

Já em Monte Carmelo, torna-se explícita essa questão num quadro de censura aos falares nortenhos com os quais é identificado o galego, sendo que embora essa censura não seja aqui visível, é-o noutras passagens<sup>18</sup>.

Sem fundamento algum chamam Gallêgos, aos mesmos Povos Trasdurienses, e Transmontanos, por motivo do dialecto. As nações de Hespanha, sujeitas ao Rei Catholico, nam guardam *Regra* determinada na pronúncia do B, e V, como a todos he notorio [insere a seguinte nota: “(I.) *Genes. cap. 9. V. 22.*] (Carmelo (1767: 422).

Esta indiferença, que testifica a nobre origem de ambos os *Idiomas*, teve o mesmo princípio, que disse cit. § 15. *Num. I.* Mas daqui se-infere, que se

18 A crítica aos dialetos do norte ocorre ainda no capítulo intitulado “Dos Vocabulos antiquados, antigos, Vulgares, e Cómicos, como também dos Vícios, ou Abusos mais ordinarios da Plebe destes Reinos, e de suas Correçoês assim na Orthologia, como na Orthografia[sic]” (Carmelo 176: 500).



pela mesma indiferença os Interamnenses, e Transmontanos podem ser arguidos de *Gallêgos*, também se-devem chamar Castelhânos, Aragonezes, Asturiânos, Navarros, Andalúzes, Leonezes, &c. Pela Naçâm he certo, que nam se devem chamar *Gallêgos*; porque eles descendem igualmente dos primeiros Portuguezes que com o Serenissimo *Conde D. Henrique*, e depois com o *Invictissimo*, e *Veneravel D. Affonso Henriquez*, Rei I. de Portugal, expulsáram gloriosissimamente os Moiros de todas as mais Provincias deste Reino, as quaes depois povoáram. Peloque, se os Interamnenses, e os Transmontanos, sam Gallêgos, também os Povos das outras Provincias sam Gallêgos por origem [...] (Carmelo 1767: 422-423).

Antes devo advertir, que ainda hoje ha no moderno *Idioma Portuguez* alguns Vocabulos problematicos, isto he, indifferentes, para que se pronunciem com *B*, ou com *V* consoante [...] (Carmelo 1767: 424).

Destaca-se aqui, do ponto de vista sociolinguístico, a nota acerca do papel da história e da ausência de autonomia política galega na explicação dessa situação, bem como a rejeição do que essa aproximação pode significar em termos de identidade<sup>19</sup>. Aliás, Carmelo prossegue diluindo essa identidade na que une as diferentes línguas peninsulares e situando-a em termos históricos<sup>20</sup>. Do ponto de vista linguístico, destaca-se a forma como essa aproximação é relativizada no quadro da indiferenciação entre <b> e <v>, que também ocorre dentro da própria norma portuguesa.

19 A propósito da indistinção entre <v> e <b> a noção de fronteira é aludida noutro ponto, mas aí, mas a proximidade apontada não é com o Galego mas com o Castelhanho: “daqui veio, que quando os Gregos, e particularmente os antigos Romanos, dominaram nestas regioês, ensináram aos Hespanhoes, e Portuguezes a sua *Lingua*, com a mesma confusâm das duas *Letras*, a qual ainda hoje persevera em todos os Reinos de Castilla, na Provincia Interamnense, Transmontana, e Beirense confinante, porque assim deriváram da Latina a *Lingua* antiga Portuguesa” (Carmelo 1767: 143-144). Se bem que aqui não há uma depreciação explícita dos falares desviantes, a noção de uma preocupação especial com o *deficit* de correção nos mesmo é já deduzível no Prólogo: “o *fim*, leitor, que eu me propuz nesta *Obra*, que nam cuidei sahisse a público, foi instruir algúas pessoas na Orthografia moderna, e recta Pronunciaçam da nossa *Lingua*. Porque em primeiro lugar muitos daquelles, que vivem nas Provincias Interamnense, Transmontana, e Beirense confinante, nam podem ter facilmente *Vocabularios*, em que aprendam as *Dicçoês*, que se-proferem com *B*, ou com *V*, além da carencia de *Mestres*, que lhes ensinem como se-formam os *Accentos* proprios Portuguezes, em que também erram alguns que habitam outros Estados sujeitos a este Reino” (Carmelo 1767: XII\*).

20 Carmelo prossegue questionando a aplicação do gentílico “Galegos” aos habitantes dos territórios além do Minho e aquém de Pontevedra e Ourense (Carmelo 1767: 423), mas põe termo à questão descartando o seu sentido e interesse linguístico: “mas devo aqui omitir inuteis *Questoês de Nomes*, ou vaníssimas contendas, e jactancias de genealogias illustres, as quaes sem acçoês heroicas nada prestam, para que nam pareça *Historia* hum *Compendio de Orthografia*” (Carmelo: 1767: 423-424). A importância, contudo, que atribui à questão parece voltar a denunciar-se no “índice das coisas mais notaveis” , que figura no termo da obra (Carmelo 1767: 732).

### 3.4. Século XIX<sup>21</sup>

Nesta centúria, curiosamente, os dados recolhidos não incluem registo do desenvolvimento dos trabalhos de linguística galega. Contudo, é visível o prenúncio de novas correntes ou formas de abordagem favorecedoras de inquietações identitárias. Com efeito, embora seja só avançado o século que a investigação filológica portuguesa recebe, tal como a galega, o impulso dos achados linguísticos proporcionados pelas ciências auxiliares da História e dos modelos teóricos oferecidos pela Filologia Comparativa e Histórica, a orientação para temas como o da origem do português e o da sua posição entre as línguas românicas, antecede esse enquadramento teórico, e é no quadro de preocupações com estas matérias que encontramos a totalidade das referências ao galego nos textos em análise. Pelo facto de ser esse o enquadramento (e não já o da definição da norma/gramatização em torno de determinados fenómenos linguísticos), passar-se-á a organizar a apresentação por autores e lugar da organização por fenómenos linguísticos, como até aqui.

João Pedro Ribeiro, na Dissertação V, intitulada *Sobre o Idioma, Estilo, e Ortographia dos nossos Documentos, e Monumentos* incluída nas *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a historia e jurisprudencia eclesiastica e civil de Portugal* (Lisboa 1810), refere-se ao galego a propósito da diferenciação do panorama linguístico peninsular.

A distinção que tomou a Lingua Castelhana da Galega, que também se fallava no nosso territorio, como parte da Galiza, (teve talvez origem da larga dominação dos Suevos naquella Provincia, em quanto os Godos, Nação diversa, dominava o resto da Hespanha: e sendo depois brevissima nella a assistencia dos Mouros, logo expulsos pelos Reis de Leão, a grande concorrência de diversas Nações desde o sec. IX. Século á Romagem de Compostella, acabou de formar huma Lingua ou antes um Dialecto diverso da Castelhana, assim como outras circunstancias formarão a Catalã, e Valenciana, e conservarão a antiga Vasconça, ou Biscainha, diferentes da Castelhana, e ainda depois distinguirão no seguinte período a Galega da Portugueza (Ribeiro 1810: 180).

Neste autor, assume principal relevo a diferenciação que se estabelece entre o galego e o castelhano, mas, também a diferenciação entre galego e português após um momento inicial de indistinção ou partilha da mesma língua.

A lingua vulgar Portugueza se principiou a distinguir da Galega neste periodo. 1.º por ser estrangeiro o Conde D. Henrique, e ter trazido consigo alguns dos seus naturaes. 2.º pelas Colonias de muitos estrangeiros, que vierão estabelecer-se no nosso terreno, Franceses, Inglezes, e Flamengos. 3.º Pelas Rainhas de diversas Nações, com quem casarão os nossos primeiros Reis.

---

21 Este subcapítulo recolhe grandemente o exposto já em Duarte (2007).

4º. Pelos Bispos estrangeiros, que houverão nas nossas Sés, por estes tempos, e Ordens Religiosas introduzidas por individuos tambem de outras nações. Passando por todos estes motivos a alterar-se e distinguir-se a nossa Língua da Galega, que permaneceo, sem alteração nem melhoramento, encantonada em hum Paiz, sem Côrte, e sem Universidade (Ribeiro 1810: 180-181).

Reveste-se ainda de particular interesse o facto de todos os fatores de separação linguística aqui apresentados serem de índole sociopolítica (movimentos migratórios e alianças matrimoniais, os quais podem provocar a interferência linguística e assimilação de determinados fenómenos pela exposição à língua de grupos de prestígio), bem como a alusão por Ribeiro ao impacto negativo, que, na história da língua galega, terá tido o facto de não ser língua de Estado nem veículo de cultura.

Em 1837, as *Memorias* da Academia Real das Ciências recolhem, um texto do Cardeal Patriarca Francisco de São Luís Saraiva (1766-1845), o qual vem questionar a tese, fortemente estabelecida na tradição românica, acerca da origem latina do português e dar início a uma polémica a este respeito: “Memoria em que se pretende mostrar que a lingua portugueza não é filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos”. Francisco de São Luís defende alternativamente a origem céltica da língua portuguesa, reconhecendo, em dois trabalhos anteriores, o precedente desta sua tese: *Das origens e progressos da poesia portuguesa* de António Ribeiro dos Santos (1745-1818), publicado nas *Memorias de Litteratura da Academia*<sup>22</sup>, e a já referida Dissertação de João Pedro Ribeiro<sup>23</sup>. A única menção explícita ao galego que encontramos no texto de Francisco de S. Luís é feita quando, após ilustrar com casos históricos a capacidade de resistência das línguas à assimilação total, recorre ao exemplo da reação ao espanhol dentro do seu próprio domínio, para suportar a tese da resistência ao latim pelos povos que, na Península, enfrentaram os Romanos:

22 Esta obra consiste segundo Inocêncio Silva (1858: I, 252), no discurso preliminar de uma obra de maior vulto que Silva informa encontrar-se inédita com excepção do seu capítulo 3º, intitulado *Dos mais antigos monumentos da Poesia portugueza nos seculos XII e XIII*, publicado em 1836, no Jornal da Sociedade dos Amigos da Letras, nº 2 e seguintes. Nos números 1389 a 1403 da resenha feita por Silva das obras deste autor, encontramos outros títulos referentes à língua portuguesa e, em particular, às origens das línguas. Adolfo Coelho – autor de quem aqui se tratará posteriormente - afirma, contudo, que houve aproveitamento por parte de Francisco de São Luís da argumentação de Ribeiro dos Santos: “Nas *Memorias da Academia das Sciencias* (t. xii) foi publicado esse anno uma escripto do cardeal patriarcha D. Fr. De S. Luiz, em que se achava uma assás longa serie de argumentos contra afiliação latina do portuguez, argumentos quasi todos aproveitados dos manuscritos de Ribeiro dos Santos, com quanto o auctor não nos falle d’ este seu prededessor” (Coelho 1868: XVI).

23 Esta última foi a única das duas fontes do Cardeal Saraiva que se conseguiu localizar. Simão Cardoso (1994: 123) refere ainda outra obra de João Pedro Ribeiro intitulada *Reflexões Filológicas* (Coimbra, 1835-1836), mas, não obstante encontrar-se localizada, também não foi possível aceder a ela no âmbito deste trabalho.

A este argumento tirado da dominação dos Arabes, podemos acrescentar ainda outro, ao nosso parecer, não menos concludente, e vem a ser o que nos subministrão os povos Cantabros, Catalães, Valencianos, Andaluzes, Gallegos etc., que fazendo ha muitos seculos parte dos dominios Hespanhoes, sendo sujeitos ao mesmo governo, e ao mesmo systema de leis geraes, e tendo com os Castelhanos frequentissima communicação, alliança pacifica, e unidade de interesses communs, nem por isso tem deixado as suas linguas originarias, ou os seus dialectos, para tomarem o idioma Castelhana, não obstante ser este mui familiar entre elles, falado geralmente pelas pessoas polidas e cortezãas, empregado quasi exclusivamente nas obras literarias, e usado nas ordens, diplomas, e leis que emanão do governo. O que deve causar tanto maior admiração, e dar maior força ao nosso raciocinio, quanto são notorias as analogias de quasi todos aquelles idiomas com o Castelhana, grande semelhança do seu genio e organização mecanica, e consequentemente facil (se fosse possivel) o transformarem-se em hum só, uniforme e idêntico (Saraiva 1837: 15-16).

Para além de uma utilização indistinta dos termos *língua*, *dialeto* e *idioma* aplicados ao galego, e aparte o reconhecimento de uma situação politicamente desfavorável à sua autonomia face ao espanhol (observada já por João Pedro Ribeiro), cumpre notar o reconhecimento de uma situação linguística igualmente desfavorável (pela sua proximidade estrutural) e de um quadro de superposição, que aqui está plasmado na alusão à distribuição funcional no uso do galego e do espanhol: “falado geralmente pelas pessoas polidas e cortezãas, empregado quasi exclusivamente nas obras literarias, e usado nas ordens, diplomas, e leis que emanão do governo”. Ressalta ainda de forma significativa que neste rol de línguas que oferecem resistência ao espanhol não se inclua o português que, durante o domínio Filipino, partilhou com as citadas línguas semelhantes condições. A alusão à relação do português com o espanhol aparece em nota de rodapé nas palavras de um escritor dessa época, de quem Francisco de São Luís se vale para apoio das suas afirmações. É assim através de Francisco Manuel de Melo e das suas palavras no *Ecco Político* (Lisboa 1645) que o Cardeal alude, contrariando o que hoje se tornou um tópico – a inata competência dos portugueses no uso do espanhol: “não ha em Hespanha nação que tenha menos conhecimento da lingua Castelhana do que a nossa”<sup>24</sup>. Tal abre caminho a considerar a hipótese de tal insinuar uma perceção diferenciada da relação que o português e o galego estabelecem, cada um por sua parte, com o espanhol. Considerando como pontual, no caso português, a situação de domínio político e de bilinguismo oficial que este partilhou e chamando a atenção para a dificuldade no uso do idioma castelhano, o Cardeal Saraiva indicia uma diferença face ao galego.

---

24 *Apud* Francisco de São Luís (1837: 17, n. 18).

No quadro da reflexión acerca da orixe das linguas, a polémica propriamente dita entre latinistas e celtistas parece arrancar quando, cerca de dúas décadas despois, Francisco Antonio de Campos publica *A Lingua portuguesa é filha da latina, ou refutación da memoria em que o senhor Patriarcha eleito D. Francisco de S. Luis nega esta relación* (Lisboa 1843). Á luz da liña que é explorada neste corpus, a primeira referencia de relevo ao galego que aí é feita surge através de una citação da anteriormente referida obra de João Pedro Ribeiro, onde este refere un estadio de quase identidade entre o galego e o portugués anteriormente a D. Afonso III “a linguagem é quasi gallega” (Campos 1843: 67, n. 43). Com exceção de una passagem, no mesmo sentido, em que, referindo-se a épocas anteriores ao século XVI, o autor considera o portugués e o galego como a mesma língua - “[...] a lingua portuguesa ou gallega, que então era a mesma [...]” (Campos 1843: 69) -, não há mais observações de relevo quanto ao galego, o que talvez seja explicado pelo conceito de *língua* que Campos adota como critério para estabelecer o período de formação do portugués no século XVI: “[...] uma língua não se pode dizer que está formada, senão quando os litteratos da nação concordão nas regras fundamentaes da sua grammatica e de sua estrutura particular” (Campos 1843: 68, n. 44).

Apenas un ano despois, é publicado em Lisboa un opúsculo defendendo a tese contrária à de Campos<sup>25</sup> e, portanto, em defesa da de Francisco de S. Luís intitulado *Opusculo ácerca da origem da lingua portuguesa, composto e dedicado ao Ex.mo sr: conselheiro João Baptista de Almeida Garret, por dous socios do Conservatorio Real de Lisboa*, que, embora sendo publicado sob anonimato, é atribuído a Francisco Martins de Andrade e a João Nepomuceno de Seixas<sup>26</sup>. A primeira referencia ao galego surge na carta de agradecimento de Almeida Garrett aos autores, onde se refere à conservação pelos galegos de una literatura autóctone que sobreviveu nas suas canções: “mas os nossos gallegos continuarão a huivar as suas canções nacionaes ao costume de seus maiores, diz Silio Ital. (liv.3)” (Andrade 1844: p. X). Aí, Garrett refere à conservação de una literatura autóctone que sobreviveu sua tradição oral, denunciando consciéncia da distribuição funcional do galego. Já no corpo do texto, tal como na produção que o precede na polémica, este analisa, embora com metas diferentes, exemplos históricos de resisténcia à assimilação linguística, e é a propósito da resisténcia ao latim na Península Ibérica que se regista nova e mais curiosa menção do galego, uma vez que nela há alusão à diferenciação entre o galego e o castelhano, não obstante o reconhecimento de una certa afinidade:

25 Os seus autores destacam o texto de Campos entre os que contrariam a tese do Cardeal Saraiva, mas referindo-se a ele como anónimo (Andrade 1844: XXI).

26 Esta é a onomástica que oferece Silva (1859: III: 425). Cardoso (1994: 106) indica una versão diferente, a partir da transcrição do título completo: João Nepomuceno de Freitas. Do texto em questão era suposto ter sido publicada una segunda parte, que, segundo Inocéncia Silva (1859: III: 5), nunca viu a luz.

Em apoio da nossa opinião vem ainda a historia moderna; porquanto os aragonezes, os valencianos, os navarros, os catalães, os gallegos, e os biscainhos reteem cada um dos seus respectivos dialectos, isto é o lemosino, o gallego, o vasconso, etc., não obstante estarem sob o dominio de Castella, e falarem a lingua dominante da monarchia.

Sendo este facto tão verdadeiro como é, não vemos que lhe diminua a força de prova, mas que pelo contrario muito a augmenta, o dizer o auctor do Opusculo, cuja doutrina rejeitamos, que a diferença entre estes dialectos e a lingua hispanhola consiste mais na orthographia e pronuncia, do que no material das palavras; e que se tem sustentado por emulação e rivalidade; hoje talvez por odio (Andrade 1844: 33).

Em 1867, é também publicada em Lisboa, com o título *Origem da Língua portugueza*, a tese que Augusto Soromenho apresenta para concurso à cadeira de Literatura Moderna no Curso Superior de Letras. O autor assume uma atitude de certo distanciamento crítico face ao *exclusivismo* (palavras do autor) que vinha caracterizando as duas correntes de opinião nesta polémica, não obstante a sua inclinação pela tendência latinista. A primeira referência feita ao galego apresenta o interesse de, no quadro de uma tentativa de documentação de determinados traços coincidentes entre o latim das camadas populares e os dialetos peninsulares, fazer uma aproximação entre galego e português do norte:

Pelo menos, é esta [escrever como se fala] a explicação que tem entre nós o facto identico. No Norte de Portugal, na provincia d'Entre Douro e Minho, predomina o U na terminação dos nomes. [...]

Esta vocalização, que alguns querem attribuir, como as intonações nasaes, à influencia dos suevos, permaneceu no dialecto gallego e no portuguez do Norte até ao seculo XIII (Soromenho 1867: 24).

A referida afinidade linguística entre o norte de Portugal e a Galiza tem como reverso o distanciamento cronológico e estrutural face ao português do sul e surge no texto de Soromenho num esforço de rigor terminológico, que o demarca da generalidade dos reestantes textos deste *corpus*.

De proposito dissemos «no dialecto do Norte», porque entre a lingua usada na provincia D'Entre Douro e Minho e a que mais tarde aparece nas terras do Cima-Coa e na Extremadura ha uma differença bastante sensivel para o historiador philologo. Póde sem receio dizer-se que, à similhaça do que se dava além dos Pyrineos, em Portugal havia tambem uma *langue d'oc* e uma *langue d'oïl*, a lingua do Norte e a lingua do Sul (Soromenho 1867: 24).

Na apreciação dessas diferenças dialetais entre o norte e o sul, Soromenho regista um dado importante relativamente ao papel do castelhano nessa diferenciação: “ao

Norte é mais uniforme, mais correcta, mais suave e mais alatinada: ao Sul, menos igual, mais aspera e resentindo-se da lingua castelhana que influíra poderosamente na sua formação” (Soromenho 1867: 24).

Mas, a par com a afinidade registada entre português e galego, Soromenho, no termo da sua tese, reconhece também um momento de diferenciação, que situa no final do século XIII, e no qual observa o papel das condicionantes políticas e socio linguísticas:

Entramos, finalmente no seculo XIII. Desprendida, pelas eventualidades políticas dos seculos anteriores, da sua irman d’Além-Minho, a lingua dos portuguezes havia-se desinvolido e tomado um caracter peculiar sob a influencia d’uma corte onde desde muito tempo era empregada como lingua literaria. Não lhe faltava nenhum dos requisitos indispensáveis para que uma lingua se possa considerar formada. Tinha já por si a sancção popular – o uso; faltava-lhe a sancção official: a sua adopção nos instrumentos publicos (Soromenho 1867: 25-26).

O esforço de erudição na consecução de rigor terminológico, na exposição das fontes e na fundamentação científica das teses detetado no trabalho de Soromenho é ainda mais acentuado num trabalho de Adolfo Coelho<sup>27</sup>, intitulado *A lingua portugueza, phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe* (Coimbra 1868), editado apenas um ano depois e onde, partilhando com Soromenho a postura contrária à tese celtista, o texto coincide em muitos dos aspetos tratados com outro estudo seu, intitulado *Origem das línguas Românicas* (s.l., s.d.)<sup>28</sup>. No trabalho de 1868, o autor deixa explícito logo na *Prefação* a forma como concebe a relação entre galego e português, distanciando-o do espanhol para vincar identidade com o português:

O gallego, por exemplo não é um dialecto hespanhol, mas sim um dialecto portuguez, mais próximo do falar de D. Diniz que a nossa linguagem de hoje, assim como o dialecto do Ceylão, que é não como se imaginou uma corrupção da nossa lingua, mas no essencial bom portuguez archaico (Coelho 1868: IV).

Do seu texto, importa ainda reter no quadro deste estudo que, embora não se pronuncie sobre a estabilização do português enquanto língua escrita, nem sobre, o seu estatuto como língua ou dialeto, alude às teses que circulam a este respeito, enuncia critérios a seguir, referindo-se ainda a questões afins, que aqui interessam particularmente, como é a da relação do português com o espanhol.

27 A obra de Soromenho aparece publicada conjuntamente com uma versão posterior deste texto de Adolfo Coelho em Soromenho (1874).

28 Observada a quase identidade entre a *Origem das Línguas Românicas* e a versão publicada em 1874, optou-se por considerar a segunda, porquanto poderá refletir uma postura revista do autor.

Uma questão importante nasce aqui: quando tinha o português adquirido pouco mais ou menos a forma em que o conhecemos? Não é por conjecturas nem dados históricos que ella se resolve: pol-a-hemos por tanto de parte até que dados d' outra ordem possam ser compreendidos, e o mesmo faremos a outras questões com esta connexa, como as não menos importantes, - se o português é uma lingua independente ou (o que já tem sido affirmado) um dialecto do hespanhol, ou (o que pretendeu o francez Raynouard ) um dialecto do provençal (Coelho 1868: 24).

Por último, resta comentar o texto de António Francisco Barata, *Estudos de lingua portuguesa* (Lisboa 1872), em que, no referente à questão da origem da língua, segue outro texto seu – *Advertencias curiosas sobre a lingua portuguesa* (Coimbra 1870)<sup>29</sup>. No Capítulo “Sobre a historia e Origem da Língua Portuguesa” encontram-se apenas duas referências ao galego. A primeira surge numa citação de *Trovas e Cantares* (Madrid 1849) de Francisco Adolfo de Varnhagen e aponta para a afinidade inicial entre galego (e asturiano) e português, mas, simultaneamente, para uma diferenciação progressiva: “e em verdade o português, quanto mais antigo o encontramos, mais nos parece um conjunto dos dialectos de Galiza e Asturias” (Barata 1872: 10, n. 11). O autor refere-se a esta citação no contexto da alusão ao português como resultado da “corrupção e degenerescência” do latim (já de si transformado). A segunda referência surge a propósito da semelhança que se pode encontrar entre a língua portuguesa e a castelhana, detetável também no galego: “[...] da comparação resulta a grande similhaça entre a lingua portugueza e a castelhana nos excertos contemporaneos, bem como além da provençal, a poderíamos achar no gallego e nos de mais dialectos da peninsula” (Barata 1872: 17). Após esta citação, o autor remete, em nota, de novo para Varnhagen, salientando a ideia de afinidade e aludindo implicitamente ao facto de a diferenciação dentro do sistema linguístico peninsular ser um processo tardio: “[...] os dialectos e linguas da Peninsula ainda n' esse tempo eram mais parecidos entre si do que hoje” (Barata: 17, n. 29).

#### 4. Síntese conclusiva

Do anteriormente exposto, cabe agora ressaltar algumas linhas que atravessam estes textos:

1. Indiferenciação (salvo o caso de Augusto Soromenho e Adolfo Coelho) no uso dos termos *dialecto*, *língua*, *idioma*, aplicados às línguas em confronto;

<sup>29</sup> Apesar de o texto de 1872 prever uma aplicação didáctica, estando conforme o programa oficial de português e dirigido aos discentes, não foi excluído do *corpus*, por se apresentar como uma versão mais tardia do texto de 1870.



2. Reconhecimento de um estágio inicial em que português e galego constituem a mesma língua;
3. Consideração do peso dos fatores de ordem não linguística na diferenciação que se produz em dado momento entre galego e português;
4. Reconhecimento dos fatores linguísticos e não linguísticos que podem potenciar a assimilação do galego ao espanhol;
5. Perceção do galego como sistema diferenciado do espanhol e do português;
6. Perceção de uma afinidade entre o galego e o português do norte *versus* o português do sul.

É a esta luz que os textos sobre a língua portuguesa equacionam a situação do galego, sendo comum a todos o caráter marginal dessa mesma reflexão. Leite de Vasconcelos rompe com este panorama, ao dedicar ao galego um lugar de relevo nos seus estudos, classificando-o primeiramente como um dialeto do português<sup>30</sup> e propondo depois definitivamente a classificação de co-dialeto<sup>31</sup>. Note-se, contudo, que, se o reduzido *corpus* analisado contrasta claramente com a profusão de materiais editados atualmente na Galiza, por outro lado, revela uma situação carencial a que ainda hoje se continua a assitir na produção metalinguística portuguesa, e para cuja necessidade de superação aqui se pretende chamar a atenção.

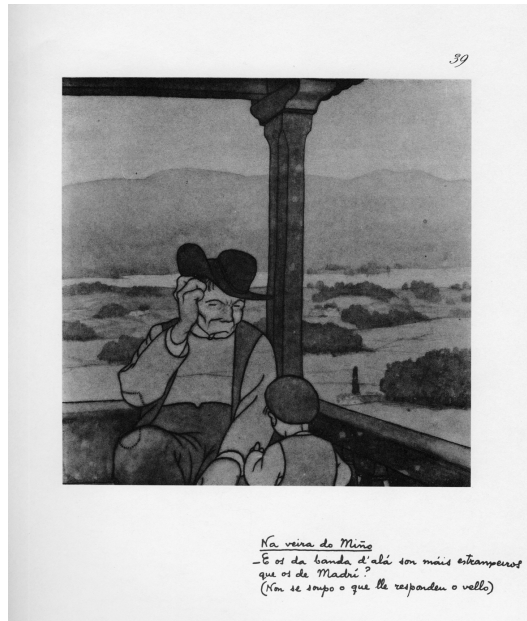
Tendo-se procedido aqui a um levantamento panorâmico e avulso desta questão, no termo deste trabalho será justo e útil assumir as limitações do mesmo e vincar pistas de trabalho futuro para quem as quiser desenvolver: i) continua a faltar um estudo exaustivo e minucioso da produção portuguesa desde a perspetiva aqui assumida, no sentido de precisar uma quantificação do peso das referências ao galego tanto nas diferentes obras em estudo como no conjunto dessa tradição; ii) falta aferir se essa presença difere em função das tipologias textuais que conformam essa tradição; iii) falta igualmente aferir a perceção da relação entre o galego e o português a partir da gramaticografia espanhola, bem como incluir neste enquadramento (ibérico) as outras línguas românicas da península.

---

30 “O gallego, com demonstra a philologia romanica, é um dialecto portuguez. Basta lermos qualquer composição naquella língua para nos convenceremos logo da relação d’ella com a nossa, principalmente popular.” (Vasconcelos 1881).

31 “O galego e o português constituíam a principio uma só língua, mais ou menos uniforme; depois do reconhecimento oficial da autonomia de Portugal, a língua de cá e a de lá foram-se separando gradualmente, mas não tanto que o parentesco íntimo não se reconheça ainda hoje sem custo. O galego pode figurar na nossa carta dialectológica, senão como *dialecto* português, ao menos como *co-dialecto*.” (Vasconcelos 1928: 275.)

Como objetivo, o presente estudo non tinha moito mais pretensións que a de enquadrar, no que diz respeito à percepción do galego polos portugueses, as opcións presentes à luz das opcións pasadas. Outros estudos a respecto destas materias poderán axudar a dar resposta (se é que tal é posible) à inquietación da epígrafe inicial e que, desde o outro lado do espello, enuncia tamén Castelao.



Castelao (1990: 39)

## Referências bibliográficas

### Bibliografía activa

Andrade, F. Martins / Seixas, J. Nepomuceno de (1844): *Opusculo ácerca da orixe da lingua portuguesa, composto e dedicado ao Ex.mo sr. conselleiro João Baptista de Almeida Garret, por dous socios do Conservatorio Real de Lisboa* (Lisboa: Imprensa Nacional).

Barata, A. F. (1870): *Advertencias curiosas sobre a lingua portuguesa* (Coimbra: Imprensa Literaria).

Barreto, J. Franco (1671): *Ortografía da Língua Portuguesa* (Lisboa: Joam da Costa).

*Revista Galega de Filoloxía*, 2015, 16: 75-105  
ISSN 1576-2661 / e-ISSN 2444-9121 © UDC

- Barros, J. de (1540): *Grammatica da Lingua Portuguesa* (Olyssipone: apud Ludouicum Rotorigiũ Typographum).
- Campos, F. A. de (1843): *A Lingua portugueza é filha da latina, ou refutação da memoria em que o senhor Patriarcha eleito D. Francisco de S. Luis nega esta relação* (Lisboa: Tip. de Manuel Jesus Coelho).
- Carmelo, L. Monte (1767): *Compendio de orthografia* (Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo).
- Coelho, F. A. (1868): *A lingua portugueza, phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe* (Coimbra: Imprensa da Universidade).
- Faria, M. Severim de (1624): “Discurso II. Das partes que ha de haver na lingoagem para ser perfeita, & como a Portuguesa as tem todas, & algũas com eminencia de outras lingoas”, em *Discursos varios politicos*, 62r-86v (Evora: Manuel de Carvalho, impressor da Universidade).
- Feijoo y Montenegro, B. J. (1778[1726]): “Discurso XV: Paralelo de las Lenguas Castellana, y Francesa”, em *Theatro Crítico universal (ó discursos de todo género de materias para desengaño de errores comunes*, tomo I, 309-325 (Madrid: Joaquín Ibarra).
- Frayer, E. (1727): *Discurso philológico Crítico, sobre el corolario del Discuso XV de Del Theatro Crítico Universal* (Madrid).
- Lião, D. Nunes do (1576): *Orthografia da Lingoa Portuguesa* (Lisboa: per João de Barreira, impressor delRei N.S).
- Lião, D. Nunes de (1606): *Origem da Lingoa Portuguesa* (Lisboa: Pedro Crasbeeck).
- Lima, L. Caetano de (1736): *Orthographia da lingua portugueza* (Lisboa occidental: na oficina de Antonio Isidoro da Fonseca).
- Pereira, A. Neves (1793): “Exame crítico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos escriptores dos seculos XV e XVI, e deixaram esquecer os que se seguiram ate ao presente”, em *Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo V, 152- 252 (Lisboa: na officina da mesma Academia).
- Ribeiro, J. Pedro (1810): “Sobre o Idioma, Estilo, e Ortographia dos nossos Documentos, e Monumentos”, in *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, 181-198 (Lisboa: Academia Real das Sciencias).
- Saraiva, F. de São Luiz (1837): “Memoria em que se pretende mostrar que a lingua portugueza não é filha da latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos lusitanos”, em *Memorias da A. R das Sciencias de Lisboa*, Tomo XII, parte I., 1-43 (Lisboa: Academia Real das Sciencias).

- Soromenho, A. Pereira (1867): *Origem da lingua portugueza. These para o concurso da cadeira de Literatura Moderna no Curso Superior de Letras* (Lisboa: Tipografia de Francisco José da Silva).
- Soromenho, A. Pereira / Coelho, A. (1874): *Origem da língua portugueza e das línguas românicas* (Rio de Janeiro: Tip. Cinco de Março).
- Vasconcelos, J. Leite de (1881): *Á Galliza* (Porto: Typographia Nacional).
- Vasconcelos, J. Leite de (1928 e 1929): *Opúsculos*, vols. 1 e 4 (Coimbra: Imprensa da Universidade).

## Bibliografia passiva

- Álvarez Caccamo, C. (1983): “Cara unha caracterización da diglósia galega: historia e presente dunha dominación lingüística”. *Grial. Revista Galega de Cultura* 79, 23-42.
- Álvarez Caccamo, C. (1987): “Fala, bilingüismo, poder social”. *Agália. Revista da Associação Galega da Língua* 10, 127-150.
- Álvarez Caccamo, C. (1999): “O ‘galego’ frente ao ‘português’, ou a lógica social da diferença”, em Fernández, C. (ed.), *A lingua e a literatura galegas nos alicerces do Terceiro Rexurdimento (1976-2000) / La llengua i la literatura gallegues als inicis del Tercer Ressorgiment (1976-2000)*, 43-49 (Terrassa: Xunta de Galicia / Amics de les Arts i Joventuts musicals de Terrassa / UNED-Terrassa).
- Álvarez Caccamo, C. / Herrero Valeiro, M. J. (1996): “O continuum da escrita na Galiza: entre o espanhol e o português”. *Agália. Revista da Associação Galega da Língua* 46, 143-156.
- Buescu, A. I. (2004): “Aspectos do bilinguismo portugués e castelhano na época moderna”, *Hispania*. Vol. LXIV/1. n.º 216, 13-38.
- Buescu, M. L. Carvalhão (ed.). (1971): *Gramática da Língua Portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem, Diálogo da Viciosa Vergonha. João de Barros*. Edição, reprodução fac-similar, leitura, introdução e notas (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).
- Buescu, M. L. Carvalhão (1978): *Gramáticos portugueses do século XVI* (Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa).
- Buescu, M. L. Carvalhão (1983a): *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do Século XVI* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda).
- Buescu, M. L. Carvalhão (ed.). (1983b): *Introducción a Leão, Duarte Nunes de. 1576; 1606. Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Edição, introdução, notas e leitura. (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda).

- Buescu, M. L. Carvalhão (1984): *Historiografía da lingua portuguesa. Século XVI* (Lisboa: Livraria Sá da Costa).
- Cardoso, S. Cerveira (1994): *Historiografía Gramatical (1500-1920). Língua Portuguesa – Autores Portugueses* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- Castro, I. (2002): *Galegos e Mouros: a Língua portuguesa vista pelo filólogos portugueses* (Lisboa: Colibri / Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa).
- Duarte, S. (2007): “O Galego no discurso linguístico Português do século XIX”, em Magalhães, G. (ed.), *Actas do Congresso Internacional Relipes III, 18/19/20 Abril 2007, Universidade da Beira Interior*, 113-132 (Covilhã / Salamanca: UBI/ CELYA).
- Duarte, S. (2009): “‘Of the Portugues language or subdialect’ (1662): a consideração do Português como dialecto do Castelhana na obra gramatical de James Howell”, em *Diacrítica* 23, 209-221.
- Fernández Rei, F. (1988): “Posición do Galego entre as línguas Románicas”, em *Verba. Anuario Galego de Filoloxía* 15, 79-107.
- Fernández Rei, F. (1991): “A ‘questione della lingua’ galega”, separata de *A trabe de Ouro*, T. I, Ano II (Santiago de Compostela: Sotelo Blanco Edicións).
- García González, C. (1977): *Galego onte, Galego hoxe* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- García Martín, A. M. (2008): “El bilingüismo luso-castellano en Portugal: estado de la cuestión”, em *Aula bilingüe. Investigación y Archivo del castellano como lengua literaria en Portugal*. vol I, 15-44.
- García Turnes, B. (2008): *Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX: xénese e impacto en Galicia da hipótese celtista* (Santiago de Compostela: Universidade. Servizo de Publicacións e Intercambio Científico). Documento electrónico disponível em: <http://hdl.handle.net/10347/2448> [consult. 29/04/2015].
- Gonçalves, M. F. (2006): “El portugués como dialecto del castellano: historia de una teoría entre los siglos XVII y XVIII” em Roldán Pérez, A. (coord.), *Caminos actuales de la historiografía lingüística: actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía lingüística*, I, 729-742 (Murcia: Ediciones Universidad de Murcia).
- Herrero Valeiro, M. J. (1993): “Identidade e espaço nacional no discurso sobre a(s) língua(s) na Galiza (mínimas reflexões glotopolíticas e político-linguísticas)”, em *Actas do Congresso Internacional A língua portuguesa no mundo, terceira língua de comunicação internacional, 200 milhões de lusófonos (=Nós. Revista da Lusofonia*, 29-34) 139-145.

- Herrero Valeiro, M. J. (2000a): “O concepto diglossia no discurso sobre a lingua na Galiza”, em *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina (ALFAL)* (Las Palmas: Universidad de Las Palmas).
- Herrero Valeiro, M. J. (2000b): *Glotopolítica y genealogía del Poder: El proceso de institucionalización del gallego desde la perspectiva de una (macro)política de la lengua*. Tese de Doutoramento (A Coruña: Departamento de Galego-Português, Francês e Lingüística, Universidade da Coruña).
- Instituto de Língua Galega (1996): *Guía Bibliográfica de Lingüística Galega* (Vigo: 1996).
- Kloss, H. (1967): “‘Abstand Languages’ and ‘Ausbau Languages’” *Anthropological Linguistics*, Vol. 9, No. 7, 29-41. Documento electrónico disponível em : <http://www.jstor.org/stable/30029461> [consult. 24/04/2015].
- Maia, C. (1997[1986]): *História do Galego-Português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do Galego moderno)* (Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Maia, C. (2002) [1996]: *O galego visto pelos filólogos e linguistas portuguesas* (Lisboa: Edições Colibri / Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa).
- Mariño Paz, R. (1998): *Historia da Lingua Galega* (Santiago de Compostela: Sotelo Blanco).
- Monteagudo, H. (1988): “Português e galego nos gramáticos portugueses do quinhentos”, em Kremer, D. (publ.), *Actes du XVIII<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, Université de Trèves Trier*, T. V., 144-158 (Tübingen: Max Niemeyer Verlag).
- Monteagudo, H. (1994): “Aspectos sociolingüísticos do uso escrito do galego, o castelán e o latín na Galicia tardomedieval (ss. XIII-XV)”, em Fidalgo, E. / Lorenzo Gradín, P. (coords.), *Estudios galegos en homenaxe ó profesor Giuseppe Tavani*, 169-185 (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia / Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñeiro).
- Monteagudo, H. (1999): *Historia social da lingua galega* (Vigo: Galaxia).
- Neves, Marco “O que ouvem os portugueses quando ouvem galego”, documento electrónico disponível em linha em: <http://www.certaspalavras.net/o-que-ouvem-os-portugueses-quando-ouvem-galego/> [consult. 24/04/2015].
- Pensado, J. L. (1983): “Datos para la historia de ‘Espanhol’ en portugués”, *Boletim de Filologia XXVIII*, 195-206.
- Pensado, J. L. (1985): “Ortografía galega, su primer destierro”, em *El Gallego, Galicia y los gallegos a través de los tiempos*, 53-55 (La Coruña: La voz de Galicia).
- Picchio, L. Stegagno (1959): “La questione della lingua in Portogallo”, em João de Barros. *Diálogo em louvor da nossa Linguagem* (Modena: Soc. Tipográfica Modonese).

- Picchio, L. Stegagno (1982): “La Question de la Langue au Portugal”, em *La Methode Philologique*, vol. II, 281-313 (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian).
- Rodríguez Castelao, A. (1990) [1931]: *Nós* (Madrid: Akal).
- Silva, I. da & Aranha, P.V. Brito (1858, I; 1859, III): *Diccionario bibliographico portuguez* (Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda).
- Swiggers, P. (2004): “Modelos, métodos y problemas en la Historiografía de la Lingüística”, em Corrales Zumbado, C. et al. (eds.), *Nuevas aportaciones a la Historiografía Lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*, tomo I, 113-146 (Madrid: Arco/Libros).
- Vázquez Corredoira, F. (1998): *A construción da lingua portuguesa frente ao castelano – o galego como exemplo a contrario* (Santiago de Compostela: Edicións Laiovento).
- Vásquez Cuesta, P. (1981): *O bilinguismo castelano-português na época de Camões* (Paris: Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português).
- Vásquez Cuesta, P.r (2002): *O Que um Falante de Português Deve Saber acerca do Galego* (Lisboa: Colibri / Cátedra de Estudos Galegos da Universidade de Lisboa).
- Verdelho, Telmo (2000): “Uma polémica sobre ‘La lengua Lusitana, ò Gallega’, no século XVIII”, em Rodríguez, J. L. (ed), *Estudos dedicados a Ricardo Carvalho Calero*, 759-806 (Santiago de Compostela: Parlamento de Galicia).
- Xavier, M. F. / Mateus, M. H. Mira (1990): *Dicionário de Termos Linguísticos* (Lisboa: Cosmos). Documento eletrónico disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=terminology> [consult. w4/05/2015).

